

Brasil em Ação será preservado de cortes

Liberção de R\$ 2,18 bilhões para emendas de parlamentares sofrerá redução

MARA BERGAMASCHI

BRASÍLIA — Os cortes que o governo terá de fazer no Orçamento deste ano e de 1998 atingirão as emendas dos parlamentares, mas não o plano Brasil em Ação — principal arma da campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso à reeleição. Estão praticamente sepultadas as chances de deputados e senadores conseguirem liberar os R\$ 2,18 bilhões reservados em 1997 para obras em Estados e municípios.

Mas o programa de investimentos do Palácio do Planalto, para o qual estão assegurados R\$ 3,7 bilhões este ano e R\$ 6,2 bilhões em 1998, não vai ser afetado. "O governo vai continuar dando prioridade ao Brasil em Ação, que reduz os custos de produção", avisou ontem o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral.

Apesar de o governo ter prometido direcionar os cortes para a área de custeio, as verbas para investimento previstas nas emendas dos parlamentares não terão como escapar. Para enxugar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 11 bilhões do Orçamento da União deste ano — o contingenciamento previsto para 1997 chegaria a no máximo R\$ 8,7

bilhões —, a equipe econômica terá de congelar as emendas do Congresso. É possível fazer isso sem comprometer o trabalho dos ministérios porque apenas 5% dos R\$ 2,3 bilhões pedidos pelo Legislativo foram liberados pelo governo até o fim de setembro.

Sem risco — Se a crise das bolsas de valores não tivesse ocorrido, o governo cumpriria a promessa, já acertada com os líderes partidários, de começar a desembolsar agora esse dinheiro. O argumento do Planalto agora é que, com o novo quadro, os aliados precisam assumir junto com o governo a responsabilidade de não colocar em risco o Plano Real.

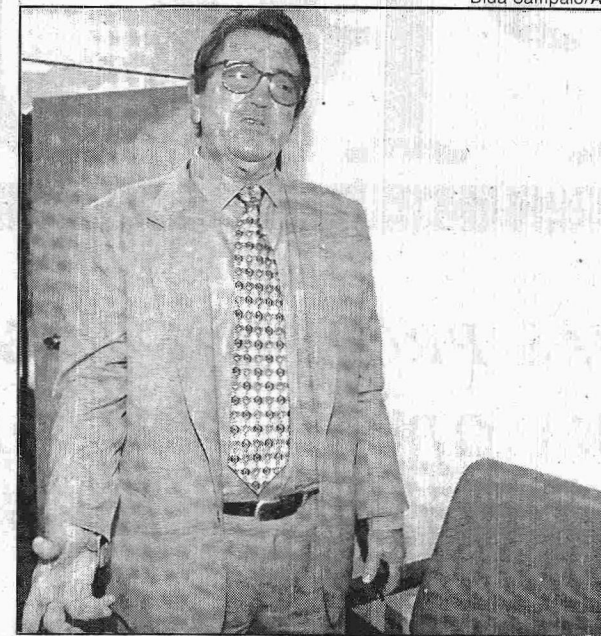
Esse discurso já começou a ser feito. O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), demonstrou ontem a seus colegas estar "apavorado" com os efeitos da alta dos juros sobre as contas públicas.

Encarregado de apresentar a versão final da proposta de lei orçamentária para 1998 enviada

pelo governo ao Congresso, o relator paralisou ontem seu trabalho. Apesar de prometer manter em dia o cronograma de votações do Orçamento, Aracely de Paula, que passou toda a manhã em reunião com assessores, está em compasso de espera. "Não tenho ainda nenhuma informação sobre como vão ficar as contas do governo no ano que vem", afirmou. Sempre que o



CRISE FEZ GOVERNO SEGURAR VERBA PROMETIDA



Dida Sampaio/AE

Aracely de Paula: relator está "apavorado"

governo tenta alterar sua proposta orçamentária depois de enviá-la, o Congresso reage mal. Prefere votar o Orçamento com suas emendas do que reabrir a discussão sobre estimativa de receita — sobretudo quando é para baixo — e reprogramação de gastos.

Votação — Essa parece ser a tendência dominante em relação ao Orçamento de 1998. Para evitar que o Legislativo seja responsabilizado por eventuais atrasos na aprovação da proposta, o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), já avisou que ela será votada até 15 de dezembro. ACM também não julga necessário o governo enviar nova proposta de Orçamento. Se fizesse isso, a discussão sobre o assunto, que consome quatro meses em média, teria de ser reiniciada.

Os acordos que garantirão a partilha de R\$ 3 bilhões em emendas antes das eleições também teriam de ser revistos, à luz de projeções mais recessivas. Em ano eleitoral, o simples fato de o parlamentar destinar verbas para uma obra em sua região — ainda que ela não saia do papel — funciona como uma poderosa arma de campanha, com ganhos certos.

Aprovado como está, o Orçamento de 1998 sofreria cortes por meio de decreto presidencial, no início do ano que vem. A solução, que parece cômoda para o governo e Congresso, já está sendo contestada na Comissão de Orçamento. "Não tem sentido aprovarmos um Orçamento que não valerá nada só pela demagogia de preservar as emendas", analisou o deputado Paulo Bernardo (PT-PR). "Isso desmoraliza o Executivo e sobretudo o Congresso, que tem o poder de fiscalizar o Orçamento", disse.

Paulo Bernardo propôs uma solução conciliatória: que a comissão convide os ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e da Fazenda, Pedro Malan, para explicar o impacto das mudanças na economia sobre as contas públicas. "A partir daí, a gente vê o que pode fazer em 1998", argumentou.